Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar o resultado operacional e financeiro.

A companhia exporta parte de sua produção para clientes no exterior, que variam de acordo com a demanda internacional, negociação de preço, estratégia de oferta de produtos e barreiras alfandegárias. Em 2013 e 2012 a venda para o mercado externo representou 21% do total das vendas líquidas (Controladora).

A Companhia, com base em sua estratégia, importa parte de seus produtos e matérias primas de fornecedores ou parte relacionadas em moeda estrangeira. O percentual destas importações pode, inclusive, variar devido à taxa de câmbio. Parte da matéria prima utilizada em nossa operação é precificada em moeda forte (Dólar norte americano), principalmente commodities e seus derivados, quem podem impactar indiretamente nosso resultado. A companhia possui exposição em moeda estrangeira em seu balanço. Nossa exposição líquida de balanço no período findo em dezembro de 2013 é de R\$ 995 milhões.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar os riscos financeiros adversos decorrentes dessas exposições. Portanto, são utilizados instrumentos financeiros derivativos com objetivo de gerenciar o risco e proteger o fluxo de caixa e os ativos e passivos da Companhia, da volatilidade de preços de commodities e de variações cambiais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora e busca proteção para riscos cambiais existentes em sua exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira existente em seu balanço e a compromissos altamente prováveis de compra/venda (importação e exportação) em moeda estrangeira.

A Companhia também está exposta à variação de preços de "commodities", principalmente cobre e alumínio. Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Hedge de Balanço

A Política Global da companhia determina que sua posição de balanço seja coberta por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como hedge a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente. Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "hedge" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira.

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "hedge" é compensado pelo ganho ou perda cambial dos ativos e passivos líquidos.

Cash Flow Hedge de Moeda

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. Esta exposição futura é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de "hedge" ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

Cash Flow Hedge de Commodities

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada estabelece: cobertura de "hedge" para os próximos três anos, sendo para os próximos 9 meses: de 50% a 80% de cobertura da exposição prevista, entre 10 a 12 meses: de 40% a 60% de cobertura, entre 13 a 15 meses: de 20% a 40% de cobertura e, entre 15 a 36 meses: de 0% a 40% de cobertura.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas nos preços das commodities.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80%, para seu programa de *Cash Flow Hedge de Moeda* e *Cash Flow Hedge de Commodities*, para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição "overhedged" e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de "hedge" no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) e Contrato Futuro de Moeda NDF ("Non Deliverable Forward" Asiáticos e "Plain Vanilla").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

NDF´s "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Para sua exposição de commodities, a Companhia se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). A liquidação de Termo de Mercadorias "Asiático" se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela London Metal Exchange (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de "commodities" em dólares. Portanto, na análise de exposição de moedas os valores de "commodities" são considerados.

De acordo com sua Política, a Companhia pode utilizar, além dos instrumentos acima mencionados, compra e venda de opções e compra e venda de "zero cost collar". Outros instrumentos não são permitidos.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui uma política global sobre operações com derivativos determinada por sua Controladora, a qual requer aprovação da Administração da Controladora para contratação destas operações. A contratação de operações com derivativos é previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia, conforme alçadas previstas no Estatuto.

Todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição liquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de Balanço (Contas a Receber e a Pagar), determinada pelo Conselho de Administração.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A política da Companhia proíbe negociação de instrumentos financeiros especulativos ou que não tenha fim específico para hedge.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como para garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia através de diversas áreas, tais como controladoria, tesouraria e suprimentos, monitora a efetividade de seu programa de hedge. O resultado das operações de derivativos é apresentado à Diretoria mensalmente através de relatórios.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgas nos itens acima.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios de 2013, 2012, 2011 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 812,7 milhões, R\$ 606,3 milhões e R\$ 368,7 milhões, demonstrando a consistência dos resultados da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

WHIRLPOOL S.A.

ÍNDICES	2013	2012	2011
ENDIVIDAMENTO SOBRE ATIVO TOTAL	0,63	0,64	0,66
LIQUIDEZ CORRENTE	1,32	1,26	1,18

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, através de financiamentos com Finep.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, o patrimônio líquido era de R\$ 2.464,7 milhões, R\$ 2.131,7 milhões e R\$ 1.811,2 milhões, respectivamente. Isto é reflexo dos resultados consistentes da Companhia, de modo que seu patrimônio líquido não sofreu variações relevantes. O capital de terceiros neste mesmo período era de R\$ 84.908 milhões em 2011, R\$ 111.544 milhões em 2012 e R\$ 138.469 milhões em 2013

O percentual de capital de terceiros sobre patrimônio líquido, nos períodos encerrados em dezembro de 2011, 2012 e 2013, eram de 5%, 5% e 6% respectivamente, sendo o remanescente, capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, considerando a dívida líquida sobre o Patrimônio líquido.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e financiamentos	138.469	111.544	84.908
Derivativos	81.578	26.831	92.238
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(971.511)	(377.561)	(665.092)
Dívida líquida	(751.464)	(239.186)	(487.946)
Patrimônio líquido	2.464.736	2.131.711	1.811.184

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não há no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos (ii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 4.804,8 milhões, comparada com R\$ 4.277,5 milhões em 31 de dezembro de 2012.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 3.644,5 milhões, comparada com R\$ 3.393,4 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país. Em dezembro de 2013, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$ 1.119.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. A linha de crédito não contém cláusulas financeiras restritivas ou garantias.

Em 31 de dezembro de 2013, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Co	ontroladora	9		Coı	nsolidado	
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	Garantias
	Moeda na	acional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	137.525	111.051	84.586	137.525	111.051	84.608	Fiança Bancária
	Moeda es	strangeira:					
Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a.	368	493	300	944	493	300	
Total dos financiamentos	137.893	111.544	84.886	138.469	111,544	84.908	
Circulante	15.183	19.269	19.085	15.759	19.269	19.107	

Não circulante 122.710 92.275 65.801 **122.710** 92.275 65.801

Em 4 de dezembro de 2006, a companhia celebrou um contrato de financiamento com o FINEP no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor está sendo pago em 61 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da última parcela foi em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Whirlpool S.A. celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de Spread, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subseqüente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não há outras dividas de longo prazo contratadas com instituições financeiras, além das já mencionadas no item (i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Além das dívidas quirografárias acima mencionadas junto ao FINEP, as quais são garantidas por uma fiança bancária, a Companhia possui outras obrigações registradas no passivo exigível do balanço patrimonial que integra as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social de 2013, as quais se referem a obrigações de natureza trabalhista e tributária, além de obrigações relacionadas a fornecedores, locação de imóvel e aquisição de energia elétrica. As obrigações relacionadas a locação de imóvel e aquisição de energia elétrica também são garantidas por fianças bancárias. Nos exercícios sociais de 2011 e de 2012 as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes a estes exercícios sociais também foram compostas por obrigações da mesma natureza daquelas registradas para o exercício social de 2013.

De acordo com a natureza dos créditos correspondentes a estas obrigações, a ordem de preferência entre elas na hipótese de eventual concurso universal de credores seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos; na sequencia seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nos contratos de financiamento mencionados no item (i) acima, inexistem restrições (covenants) impostas à Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia tem dois contratos em vigor que foram tomados na sua integralidade conforme estão descritos abaixo:

Em 09 de outubro de 2008, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento com o FINEP, no valor de R\$ 100 milhões, disponibilizado em duas parcelas: R\$ 75 milhões em 15 de novembro de 2008 e R\$ 25 milhões em 20 de julho de 2009.

Em 4 de Dezembro de 2012, a Companhia, celebrou nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais Consolidados

A tabela a seguir mostra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

	Consolidado			
	2013	2012	2011	
Receita líquida de vendas e serviços	9.334.857	8.457.901	7.465.334	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.185.190)	(6.584.815)	(5.649.872)	
Lucro bruto	2.149.667	1.873.086	1.815.462	
(Despesas) receitas operacionais Despesas com vendas e distribuição Despesas administrativas	(565.229) (352.157)	(546.130) (350.587)	(423.228) (268.728)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(164.031)	(104.844)	(763.185)	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.068.250	871.525	360.321	
Receitas financeiras	791.847	423.843	557.061	
Despesas financeiras	(834.889)	(471.307)	(593.029)	
Lucro antes dos impostos	1.025.208	824.061	324.353	
Imposto de renda corrente e diferido	(158.748)	(159.029)	32.810	
Contribuição social corrente e diferida	(45.690)	(48.081)	14.501	
	(204.438)	(207.110)	47.311	
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	820.770	616.951	371.664	

Participação de não controladores	(8.023)	(10.684)	(2.986)
Lucro líquido do exercício	812.747	606.267	368.678
Atribuíveis aos:			_
- Acionistas controladores	812.747	606.267	368.678
- Acionistas não controladores	8.023	10.684	2.986

Em 2013, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 10,4% ou R\$ 877 milhões, passando de R\$ 8.457,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 9.334,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Apesar do ano de 2013 ter sido marcado pelo baixo crescimento econômico, aproximadamente 2,3% de crescimento, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento significativo impulsionado pelo consumo das famílias que continuou aquecido, este que foi o principal motor para o crescimento no ano, além disso, a Companhia teve um melhor mix e precos de produtos comercializados e aumento do volume de vendas.

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país, volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta, contribuindo também a redução dos incentivos fiscais (IPI) concedidos pelo governo. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração: na Europa, a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

O custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 9%, passando de R\$ 6.584,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 7.185,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A variação deve-se ao efeito líquido da variação do custo de materiais e commodities (principalmente cobre, aço e resinas de petróleo), aumento do volume de vendas, efeito do mix de produtos vendidos durante o ano. Dentre os impactos do cenário externo para a nossa indústria, destaca-se a depreciação do real em relação ao dólar que fechou 2013 em R\$2,3426/US\$.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

As outras despesas operacionais de 2011 referem-se principalmente a celebração de acordo junto ao Banco Safra em 22/06/2011, para encerrar a ação judicial de cobrança movida contra a Companhia desde 2001. O impacto reconhecido na rubrica de outras despesas operacionais foi no montante de R\$ 690,8 milhões.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 1.025,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado a R\$ 824,1 milhões no mesmo período em 2012, representando uma variação positiva de R\$ 201,1 milhões. O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 alcançou R\$ 812,7 milhões ou 8,7% (R\$ 606,3 milhões em 2012 ou 7,2%), das receitas líquidas de vendas e/ou serviços dos exercícios.

Comparação das contas patrimoniais consolidadas

	Consolidado			
	2013 2012		2011	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	971.511	377.561	665.092	
Contas a receber, líquidas	960.032	1.111.767	851.047	
Estoques	1.147.764	896.546	805.849	

PÁGINA: 10 de 26

Impostos a recuperar e antecipados	178.013	130.770	128.942
Partes relacionadas	1.394.912	1.566.160	906.132
Operações com derivativos	5.049	17.742	10.348
Outros ativos circulantes	147.544	176.970	110.802
Total do ativo circulante	4.804.825	4.277.516	3.478.212
			_
Bens destinados à venda	386	386	1.686
Não circulante			
	4.046	0.450	4.4.4
Operações com derivativos	1.046	2.158	144
Impostos a recuperar	27.203	28.777	28.303
Depósitos para recursos e outros	141.970	134.558	134.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.513	339.684	366.046
Partes relacionadas	218.693	182.622	260.176
Outros ativos	44.062	31.419	33.543
Investimentos	5.500	5.490	5.484
Imobilizado	923.076	887.510	878.154
Intangível	84.440	78.254	72.401
Total do ativo não circulante	1.771.503	1.690.472	1.778.277
Total do ativo	6.576.714	5.968.374	5.258.175
Total do ativo	6.576.714	5.968.374	5.258.175

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido Circulante	2.546.138	2.379.680	1.726.151
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	2.546.136 15.759	2.379.660 19.269	1.720.131
Impostos, taxas e contribuições a pagar	175.998	150.062	110.441
Salários e encargos sociais	122.359	129.395	116.322
Partes relacionadas	69.923	35.997	34.531
Operações com derivativos	86.934	46.397	100.265
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	38.945	-
Outros passivos	627.341	593.655	843.297
Total do passivo circulante	3.644.452	3.393.400	2.950.114
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	122.710	92.275	65.801
Operações com derivativos	739	334	2.465
Impostos, taxas e contribuições a pagar	67.665	-	-
Partes relacionadas	44.060	41.123	27.862

Plano de previdência privada	6.822	10.356	19.456
Plano de assistência médica	75.069	90.156	74.678
Provisão para demandas judiciais e administrativas	82.631	109.089	145.894
Outros passivos	67.830	99.930	160.721
Total do passivo não circulante	467.526	443.263	496.877
Patrimônio líquido Capital social Reserva de capital Reserva de lucros Ajuste de avaliação patrimonial Ajustes acumulados de conversão Participação de não controladores	1.085.793	1.085.793	1.085.793
	72.647	63.992	54.037
	1.237.545	968.251	681.738
	(30.162)	(30.540)	(31.986)
	(14.674)	(58.352)	(73.618)
	113.587	102.567	95.220
Total do patrimônio líquido	2.464.736	2.131.711	1.811.184
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.576.714	5.968.374	5.258.175

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

- Ativo circulante: O ativo circulante aumentou em 12,3% ou R\$ 527,3 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 157,3%, ou R\$ 594 milhões na conta de Caixa e equivalentes de caixa, (ii) aumento de 28,0% ou R\$ 251,2 milhões na conta de Estoques, (iii) redução de 10,9% ou R\$ 171,2 milhões na conta de Partes relacionadas e (iv) redução de 13,6% ou R\$ 151,7 milhões na conta de Contas a receber, líquidas.
- Ativo não circulante: O ativo não circulante aumentou em 4,8% ou R\$ 81 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 19,8% ou R\$ 36,1 na conta de Partes relacionadas e (ii) aumento de 4,0% ou R\$ 35,6 na conta de Imobilizado.
- Passivo Circulante: O passivo circulante aumentou em 7,4% ou R\$ 251,1 milhões, sendo os principais impactos
 (i) aumento de 7,0% ou R\$ 166,5 milhões na conta de Fornecedores, (ii) aumento de 94,2% ou R\$ 33,9 milhões
 na conta de Partes relacionadas e (iii) aumento de 87,4% ou R\$ 40,5 milhões na conta de Operações com
 derivativos.
- Passivo N\u00e3o Circulante: Sem varia\u00f3\u00f3es relevantes.
- Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido aumentou em 15,6% ou R\$ 333 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de R\$ 812,7 milhões pela geração de lucro líquido do exercício e (ii) redução de R\$ 543,5 milhões pela declaração de dividendos.

Consolidado			
2013	2012	2011	
1.150.580	596.062	818.471	
(139.168)	(174.399)	(132.647)	
(417.462)	(709.194)	(524.516)	
593.950	(287.531)	161.308	
377.561	665.092	503.784	
971.511	377.561	665.092	
	2013 1.150.580 (139.168) (417.462) 593.950 377.561	2013 2012 1.150.580 596.062 (139.168) (174.399) (417.462) (709.194) 593.950 (287.531) 377.561 665.092	

PÁGINA: 12 de 26

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa 593.950 (287.531) 161.308

A variação no caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 554,5 milhões é oriunda principalmente pelo aumento do lucro antes dos impostos no valor de R\$ 201,1 milhões comparando com 2012 e redução do consumo de caixa operacional de Outros passivos no valor de R\$ 320,8 milhões comparando com 2012, essa variação advém principalmente pelo efeito do pagamento do acordo celebrado com o Banco Safra S.A. da segunda parcela efetuado em 12/01/2012 no valor de R\$ 489,6 milhões, fato que gerou um impacto negativo no caixa líquido das atividades operacionais em 2012.

A variação no caixa líquido das atividades de financiamento advém da redução de mútuos e conta corrente entre partes relacionadas no valor de R\$ 482,1 milhões e aumento dos dividendos pagos no valor de R\$ 223,9 milhões.

PÁGINA: 13 de 26

a. resultados das nossas operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores macroeconômicos como mudanças na política monetária e fiscal e variações nas taxas cambiais entre outros, como abaixo descrito:

ii.1 Cenário macroeconômico

ii.1.1 Mercado Interno

O crescimento da economia brasileira em 2013 registrou uma leve alta, fechando em 2,3%, o que esboça recuperação ante o fechamento do ano anterior. Essa retomada do crescimento tem como principal *driver* o investimento agregado da economia, calculado pela formação bruta de capital fixo, que subiu 6,3% no ano. Contrastando com seu crescimento expressivo em 2012, o consumo agregado das famílias se beneficiou de um crescimento de apenas 2,3%, registrando o pior desempenho da conta desde 2003. Essa redução da pressão inflacionária da demanda sobre a oferta não foi suficiente para acalmar a inflação, que fechou o ano com alta de 5,8%, impactada sobretudo pela desvalorização brusca da taxa de câmbio e da forte alta dos preços de alimentos e serviços.

A situação de emprego quase pleno da economia implica maior ineficiência no tocante a produtividade média do trabalho que, aliada a altos patamares de inflação, desacelerou o crescimento da renda real, que fechou o ano em 1,8%, contra 4,1% de 2012. O resultado dessa equação foi a redução do montante financeiro de empréstimos captados pelo consumidor, conseqüência também da taxa básica de juros, a SELIC, ter fechado o ano em 10%, 2.75 p.p. acima da taxa de fechamento de 2012.

A conjuntura macroeconômica para 2014 segue incerta, com expectativa do mercado de leve redução no nível de crescimento da economia e continuidade nos patamares da inflação. Parte do crescimento baixo pode ser atribuído às eleições presidenciais, que devem trazer incertezas para a economia brasileira. No que diz respeito ao consumo, o mercado de linha branca 2014 deverá ser parcialmente ofuscado, uma vez que anos de copa do mundo costumam estimular o consumo de televisores e outros produtos de linha marrom.

ii.1.2 Mercado externo

No cenário externo, destaque para a aceleração de crescimento nos Estados Unidos. Apesar da polêmica em relação à dívida pública e a paralisação temporária de serviços públicos em outubro, o país encerra 2013 de maneira positiva com retomada de crescimento - representado principalmente pelos números do PIB e criação de novos postos de trabalho. O anúncio, por parte do FED, da redução de compra de ativos financeiros como forma de estimular a economia corrobora a expectativa positiva para 2014.

A União Européia apresentou conjuntura mais estável se comparada ao ano anterior, mas com previsão de crescer cerca de 1,4% em 2014. No entanto, a região ainda enfrenta desafios como o desemprego que, apesar de estável, mantém-se em patamares elevados. Tanto Alemanha, motor da zona do Euro, quanto Itália e Espanha tem previsão de crescimentos modestos.

PÁGINA: 14 de 26

A China, que teve crescimento de 7,7% em 2013, o mesmo do ano anterior e o pior desde 1999, denota uma possibilidade de continuar com o desaceleramento das taxas de desenvolvimento do PIB. Com queda nas exportações, maior alavanca da economia chinesa, e um plano de reformas lançado pelo governo, o desempenho deve se virar para o mercado doméstico gradualmente.

ii.2 Mercados e Lançamentos de Produtos

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país – volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta – e pela retirada gradual dos subsídios de IPI, iniciada em Outubro de 2013. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração. Na Europa a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

Sempre acompanhando as tendências, e trabalhando para atender as altas expectativas de nossos consumidores, em 2013 a Companhia lançou no mercado nacional cerca de 160 produtos das marcas Brastemp e Consul, destacando a nova linha de refrigeradores Bem Estar Consul com a gaveta Horta em casa, a nova linha de fogões Brastemp, além do novo ar-condicionado portátil Consul Facilite.

ii.3 Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) o aumento do preço das commodities ii) pressões inflacionárias sobre salários e iii) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação.

ii.4 Preço de Commodities

A despeito da contínua tendência de queda nos preços médios das commodities globais, o setor de eletrodomésticos ficou pressionado pela expressiva alta dos preços do aço, que responde por grande parte das estruturas de custos dos produtos. Complementar a esse reflexo negativo no resultado da Companhia, a brusca depreciação do real frente ao dólar corroborou negativamente o impacto de preços.

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das commodities, a companhia atua com operações de *hedge*, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos de curto e médio prazo. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil. A política global pode ser visitada na sua íntegra no Item 23 das DFC's da Whirlpool S.A.

ii.5 Taxas de câmbio

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaque para a depreciação do real em relação ao dólar, que encerrou 2013 em R\$2,34/US\$, e para o rebaixamento do *rating* de crédito dos títulos soberanos de longo prazo do Brasil junto à agência de risco internacional S&P. Esse rebaixamento da nota soberana se deve principalmente à incapacidade do Brasil de cumprir com suas obrigações macroeconômicas de superávit primário e da recuperação da expansão do seu Produto Interno Bruto. A desvalorização do real, de aproximadamente 15%, possui impactos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação quanto custos de importação indexados em moeda internacional

ii.6 Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes.

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

PÁGINA: 15 de 26

A Companhia assinou acordos com Órgãos de Defesa da Concorrência do Brasil, Europa e Estados Unidos para encerrar as investigações sobre suposta violação da lei antitruste nesses mercados. Com base nesses acordos, a Companhia concordou em efetuar pagamentos no montante total de R\$375.214 (US\$161 milhões). Até 31 de dezembro de 2013, o valor total gasto destas contingências, incluindo honorários advocatícios, e outras despesas, é de R\$730.896 (US\$312 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, R\$272.026 (US\$116 milhões) continuam provisionados, dos quais R\$110.604 (US\$47 milhões), serão pagos para os Órgãos de Defesa da Concorrência, em momentos variados, até 2015.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia e outros fabricantes de compressores figuraram no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores durante certos períodos iniciados em 1996 ou em anos posteriores, propostas em várias jurisdições. Algumas ações já foram solucionadas e outras ainda continuam pendentes.

Em fevereiro de 2013, a Companhia assinou acordo com os compradores diretos na ação em curso nos EUA, tendo sido aprovado preliminarmente em 09 de janeiro de 2014, mas permanece sujeito à aprovação final da Corte. Referido acordo prevê o pagamento de até R\$70.278 (US\$30 milhões), valor este parcialmente contemplado no montante de R\$272.026 (US\$116 milhões) mencionado acima. Esse valor poderá ser reduzido caso parte dos compradores optem por não fazer parte do acordo. Referido acordo não abrange pedidos dos compradores diretos que optem por não permanecer no acordo, tampouco os compradores indiretos.

Outras ações judiciais continuam pendentes e novas ações semelhantes podem ser propostas por pretensos compradores ou outros autores.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

Não há outras investigações governamentais ou ações relacionadas com impacto siginificativo na Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2013, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 10,4% ou R\$ 877 milhões, passando de R\$ 8.457,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 9.334,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Apesar do ano de 2013 ter sido marcado pelo baixo crescimento econômico, aproximadamente 2,3% de crescimento, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento significativo impulsionado pelo consumo das famílias que continuou aquecido, este que foi o principal motor para o crescimento no ano, além disso, a Companhia teve um melhor mix e preços de produtos comercializados e aumento do volume de vendas.

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país, volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta, contribuindo também a redução dos incentivos fiscais (IPI) concedidos pelo governo. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração: na Europa, a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 24,4%, passando de R\$ 824,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.025,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

PÁGINA: 16 de 26

Os principais efeitos que impactaram a evolução dos resultados no período foram: o aumento do volume de vendas, especialmente no mercado doméstico, ganhos decorrentes da melhora de mix, ganhos de produtividade/escala.

Adicionalmente, a receita financeira da companhia foi positivamente afetada pela inflação, que foi mantida estável em um nível próximo da meta superior, bem como pela retomada dos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), fechando o ano de 2013 em 10,0%.

PÁGINA: 17 de 26

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu em 2013 introdução ou alienação de segmento operacional. Não se espera efeitos relevantes decorrentes de introdução ou alienação de segmento operacional no curto prazo.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2013, tampouco se espera que esses eventos possam causar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

PÁGINA: 18 de 26

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não aplicável.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não aplicável.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceção feita apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como requerido, pelo IFRS esses investimentos deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Este assunto foi objeto de ênfase por parte de nossos auditores independentes nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, cujos pareceres encontramse em conjunto com nossas demonstrações financeiras.

Desta forma, nossos Diretores entendem que não houve qualquer descumprimento normativo na elaboração de suas demonstrações financeiras, uma vez que referida diferença de prática contábil é oriunda das respectivas normas contábeis brasileiras e normas internacionais de contabilidade, e é amplamente reconhecida nos normativos divulgados pelas entidades responsáveis pela emissão dos mesmos.

PÁGINA: 19 de 26

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de nossas demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB). Tais normas requerem que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido as incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da companhia, com suficiente grau de detalhamento. A Companhia usa o sistema SAP de informações gerenciais.

A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente de que os livros, registros e ativos da Companhia são mantidos e contabilizados. Registros contábeis da empresa, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de auditoria interna.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não há.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- ii) Vendor: Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "Vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

iv. contratos de construção não terminada;

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Nao há.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

ii) Vendor:, a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão, especialmente a ausencia de pagamento das operações de "vendor" pelos devedores originais.

As operações de "vendor" atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$1.187.033, R\$921.944 e R\$ 875.454.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 a cobertura máxima combinada de "stop-loss" fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$330.000, R\$180.000 e R\$ 180.000.

Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de "Bank Acceptance Drafts" (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia valores em aberto nesta operação.

iii) Contratos de futura compra de serviços: A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.